

1
2
3
4

COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO

Ata da 57ª Reunião Ordinária (2º dia)

Data: 18 de setembro de 2014

Local: Sala CT-01, térreo, SEPN 505, lote 2,
Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz

Duração: 10:00 às 18:00 horas

Estiveram presentes os seguintes **membros da Comissão**: **SR. CARLOS ALBERTO SCARAMUZZA** (Titular), **SR. LÍDIO CORADIN** (suplente) representantes do Ministério do Meio Ambiente, **SRA. CLAUDIA MARIA CORREIA DE MELLO** (Titular) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **SR. ROBERTO LORENA DE BARROS SANTOS** (Titular) e **SR. MARCIO ANTONIO TEIXEIRA Mazzaro** (suplente) representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; **SRA. DANIELLE BLANC** (suplente) representante do Ministério da Pesca e Agricultura – MPA; **SRA. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES** (suplente) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG; **SR. MARCO AURÉLIO PAVARINO** (Titular) representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; **SR. NELSON ANANIAS FILHO** (Titular) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; **SR. FRANCISCO IGLESIAS** (suplente) representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e desenvolvimento - FBOMS; **SR. JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO** (Titular) representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE; **SR. ALBERTO MARQUES SANTOS** (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; **SR. LÚCIO PAIVA FLORES** (Titular) representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; **SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA** (suplente) representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Também estiveram presentes nesta reunião como **convidados**: **SRA. MARIA CRISTINA BRAGA** (Ministérios de Ciência e Tecnologia); **SRª. IONÁÍ OSSAMI DE MOURA** (Ministério do Meio Ambiente); **SRª. ANDREINA VALVA** (Consultora do Departamento de Conservação da Biodiversidade); **SRª. AGNES DE LEMOS VELOSO** (Consultoria do Departamento de Conservação da Biodiversidade) **SR. LUIZ MERICO** (IUCN); **SR. MIGUEL MORAIS** (IUCN); **Membros da Secretaria Executiva da CONABIO**: **SRª. JULIANA MATTOS** (Ministério do Meio Ambiente);

Pauta aprovada:

Dia 17/09/2014

1. Abertura
2. Aprovação da pauta
3. Aprovação da ata da 56º Reunião Ordinária
4. Assuntos para discussão/aprovação
 - 4.1. 5º Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB
 - 4.2. Calendário de reuniões 2015

Dia 18/09/2014

5. Assuntos para discussão
 - 5.1. Painel Brasileiro de Biodiversidade – Luis Merico (IUCN)
6. Informes
 - 6.1. Processo de definição de indicadores para as metas nacionais de biodiversidade
 - 6.2. Plano de ação para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MMA/MPOG)
 - 6.3. Bolsa Verde – Programa de apoio à conservação ambiental
 - 6.4. Iniciativa Capital Natural do Brasil
 - 6.5. Elaboração do capítulo: Biodiversidade do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas
 - 6.6. A importância da Conservação dos Polinizadores para a Segurança Alimentar
7. Encerramento

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

1. Abertura da reunião, 2. Aprovação da pauta, 3. Aprovação da ata da 56ª Reunião Ordinária

Ao 18º dia do mês de setembro de 2014, no anexo Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEPN 505, bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala CT 01, Brasília – DF, realizou-se o segundo dia de reunião da 57ª reunião ordinária da CONABIO. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** presidente em exercício, saudou os participantes e propôs que, em razão da falta de quorum, fosse dado início ao item 6 da pauta, que trata dos informes.

19 **6. Informes**

20 **Plano de ação para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (MMA/MPOG)**

21

22 A **SRª. KRÍSHNA BONAVIDES (DCBio/MMA)** apresentou o Plano de Ação Governamental para
23 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade. Informou que se trata de um trabalho iniciado
24 no final de 2011 juntamente com a definição das metas nacionais. O Plano de ação está sendo
25 coordenado diretamente pela Gerência de Conservação de Espécies, do Departamento de
26 Conservação da Biodiversidade - DCBio e conta com apoio do Fundo Brasileiro para a
27 Biodiversidade - FUNBio e do Ministério do Planejamento, por meio da Secretaria de
28 Planejamento e Investimentos Estratégicos. Após a COP 10, que estabeleceu o Plano Estratégico
29 de Biodiversidade 2011-2020, incluindo as Metas de Aichi, foi considerado que, no âmbito
30 nacional, para se atingir as metas 2011-2020 seria necessário que o tema relativo à “conservação
31 e perda de biodiversidade”, envolvesse toda a Esplanada e não apenas o Ministério do Meio
32 Ambiente. Este Plano de Ação também faz parte da revisão e atualização da Estratégia Nacional
33 de Biodiversidade. O Plano de Ação passou por várias etapas, a primeira foi a realização de 40
34 entrevistas, envolvendo técnicos de diferentes Ministérios para o levantamento das causas de
35 perda da biodiversidade. Com esse levantamento, foi efetuada a pré-montagem de uma árvore de
36 problemas sobre o tema ‘perda da biodiversidade’ e foi escolhida a metodologia modelo lógico
37 adaptado para Plano. Com essa pré-montagem, foram conduzidas, no período de maio a
38 setembro de 2012, seis oficinas que envolveram técnicos do MMA e de suas vinculadas. Após
39 essa primeira fase da árvore de problemas, foram realizadas três oficinas interministeriais: a
40 primeira para validação da árvore de problemas, com a possibilidade de adições e correções nas
41 causas, e a segunda e terceira para o levantamento das ações governamentais que combatam as
42 causas de perda da biodiversidade. Após as reuniões interministeriais, os Ministérios ainda
43 tiveram cerca de dois a três meses para enviar uma planilha com propostas de ações para
44 constarem do Plano. A árvore de problemas foi dividida em três eixos principais: (i) produção e
45 consumo sustentáveis; (ii) conservação de ecossistemas; e (iii) promoção dos valores da
46 biodiversidade e do conhecimento tradicional associado. Recebemos muitas planilhas com cerca
47 de 1.303 ações para combater as causas de perda de biodiversidade, além de informações sobre
48 o grau de impacto, o bioma atingido, órgãos responsáveis, metas e orçamento. Devido ao grande
49 número de ações recebidas (1303), envolvendo um total de 158 causas, foi aplicada uma
50 metodologia estatística para priorização de ações, que teve como base uma comparação das
51 causas de perda da biodiversidade com as Metas Nacionais de Biodiversidade. Para essa
52 priorização, foi realizada uma ponderação na qual maior peso foi dado para as causas em posição
53 mais alta na árvore de problemas. Foram selecionadas 25% das causas de cada eixo com maior
54 pontuação. Este trabalho resultou em 41 causas priorizadas para o Plano de Ação. Também foi
55 realizada a classificação das ações levantadas em 40 tipos diferentes, como exemplo: acesso a
56 crédito, acesso a políticas públicas, obras, capacitação, etc. Com base nos tipos de ação mais
57 impactantes para atacar as causas prioritárias de perda de biodiversidade, foram priorizadas as
58 ações para constarem do Plano de Ação. Esse exercício inicial para a construção do Plano de
59 Ação serviu como aprendizado e nos mostrou que a integração ministerial tem impactos
60 significativos com ações impactantes na redução da perda da biodiversidade. Foi um importante
61 processo que uniu toda a Esplanada. A proposta é realizar esse processo a cada quatro anos,
62 com monitoramento bianual das ações dos órgãos, contribuindo também para a elaboração do
63 próximo PPA.

64

65

66 A **SRª. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES (MPOG)** ressaltou que é importante finalizar esse
67 processo logo, pois o novo PPA vai ser elaborado no início do ano de 2015. No PPA atual, foram
68 colocadas metas que hoje não condizem com as atividades que estão sendo realizadas pelo
69 MMA. O processo de elaboração do novo PPA tem a intenção de aproximar todos os planos já
70 existentes (Plano de Biodiversidade, Plano de Mudanças Climáticas) e incorporá-los no PPA, além
71 de incorporar o planejamento estratégico do MMA. Após a revisão final do Plano de Ação
72 apresentado pelo MMA, o MPOG está disposto a revisar o Plano e fazer as contribuições finais
73 antes de ser enviado para os Ministérios e para a Conabio.

74

75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131

A importância da Conservação dos Polinizadores para a Segurança Alimentar

A **Sra. Ceres Belchior** realizou uma apresentação sobre o tema polinização, que normalmente tem discussão restrita à comunidade acadêmica mas sua importância necessita ser compreendida por toda a sociedade. Explicou que polinização é o processo de transporte do pólen que leva à reprodução das plantas (referindo-se à figura apresentada em que aparecem as partes de uma flor): o estigma da flor pode receber o pólen da mesma flor ou de outra; o pólen é oriundo da antera e quando ele é depositado no estigma há o desenvolvimento do fruto. Mencionou que existem três tipos de polinização: anemófila, quando o vento é o vetor de transporte do pólen; hidrofílica, quando a água é o vetor de transporte do pólen; e zoófila, quando animais transportam o pólen. Destacou que 87,5% das espécies de plantas com flores conhecidas dependem em algum momento de animais polinizadores, que podem ser moscas, besouros, borboletas, mariposas, aves, morcegos, mamíferos não voadores, répteis e abelhas – estas últimas são as mais conhecidas. Acrescentou que 75% das culturas para a alimentação humana dependem direta ou indiretamente de plantas polinizadas ou beneficiadas pela polinização animal e que sem polinizadores muitas plantas não se reproduzem e nem produzem sementes, assim, todas as populações que dependem dessas plantas declinam – ou seja, isto não se restringe ao ser humano. As várias causas do declínio das populações de polinizadores foram listadas: perda de ambientes naturais e fragmentação – pois muitas espécies de polinizadores apresentam necessidades específicas de alimentação e de locais para abrigo e reprodução; o uso indiscriminado de agrotóxicos – “indiscriminado” é a palavra-chave; a ação de patógenos – as abelhas também adoecem; e mudanças bruscas de temperatura – como as relações ecológicas foram moldadas evolutivamente, ou seja, levaram milhares de anos para estarem perfeitamente casadas, quando as mudanças climáticas acontecem de uma forma inesperada quebra-se o elo da cadeia de interações. Informou que em 2012 foi criado o Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES é a sigla em Inglês) e que em 2013 foi aprovado seu primeiro plano de trabalho, indicando os seguintes temas prioritários: polinização e produção de alimento; degradação da terra; e espécies invasoras. Em relação ao processo de reavaliação ambiental de agrotóxicos, mencionou que o registro de agrotóxicos tem competências compartilhadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Informou que, considerando os efeitos adversos às abelhas associados a agrotóxicos observados em estudos científicos em diversas partes do mundo, em julho de 2012, o IBAMA desautorizou em caráter cautelar a modalidade de aplicação por pulverização aérea, em todo o território nacional, dos agrotóxicos contendo os ingredientes ativos: imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil. Acrescentou que, em 2012, também estabeleceu-se a abertura do processo de reavaliação ambiental do ingrediente imidacloprido, porque este é o mais amplamente utilizado no país. Contextualizou que essa desautorização gerou uma crise entre as partes interessadas, pois uma das partes alegou que essa medida prejudicaria a agricultura brasileira, então, para evitar isso, foi permitida uma série de flexibilizações com o intuito de buscar alternativas visando atender os vários interesses. Continuou explicando que desde janeiro de 2013 até o encerramento do correspondente processo de reavaliação ambiental: foi proibida a aplicação de agrotóxicos à base dessas quatro substâncias durante a floração das culturas, independentemente da tecnologia empregada; foi autorizada a aplicação terrestre dos agrotóxicos à base dessas quatro substâncias e aplicação aérea à base de imidacloprido, tiametoxam e clotianidina para as culturas de algodão, soja, cana-de-açúcar, arroz e trigo, cujos registros indicarem esse modo de aplicação e uso nessas culturas quando outras alternativas não se encontrarem disponíveis ou viáveis. Continuou dizendo que: em dezembro de 2013, excetuou-se dessa proibição a cultura do algodão na safra 2012/2013, ou seja, estendeu-se para ela a permissão de aplicação aérea, no período da floração, até 31 de julho de 2014; e, de modo geral, os produtores rurais devem notificar os apicultores localizados em um raio de seis quilômetros da propriedade onde os produtos serão aplicados, com antecedência mínima de 48 horas. Em relação às contribuições do MAPA, mencionou que: este Ministério ficou de apresentar ao IBAMA um estudo sobre o controle de pragas que se encontram abrangidas pelas indicações

132 de uso desses ingredientes ativos; os agrotóxicos e afins, com indicação para uso no controle de
133 pragas nas culturas do algodão, soja e cana-de-açúcar, que apresentem indícios de redução de
134 eficiência agrônômica também ficaram de ser reavaliados pelo MAPA, segundo consta em
135 Instrução Normativa. Finalizou essa parte da reavaliação dos agrotóxicos informando que, em
136 abril de 2014, dando continuidade aos trabalhos, o IBAMA estabeleceu a abertura do processo de
137 reavaliação dos ingredientes ativos tiametoxam e clotianidina; e espera-se que em breve seja
138 iniciada a reavaliação do fipronil. O último tópico apresentado referiu-se ao projeto “Conservação
139 e manejo de polinizadores para uma agricultura sustentável, através de uma abordagem
140 ecossistêmica”, coordenado no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente. Esse projeto é
141 internacional, sendo também executado na África do Sul, em Gana, na Índia, no Nepal, Paquistão
142 e Quênia; recebe recursos do Global Environment Fund (GEF); teve início em 2009 e encerra-se
143 neste ano; é coordenado em âmbito internacional pela Organização das Nações Unidas para a
144 Alimentação e Agricultura (FAO), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio
145 Ambiente (PNUMA); tem por objetivo melhorar a segurança alimentar e nutricional e os modos de
146 vida por meio da conservação e uso sustentável dos polinizadores que, dentre muitos fatores, são
147 importantes para garantir maior produtividade em vários cultivos de alimentos bastante
148 consumidos pela humanidade; esse projeto está organizado em quatro componentes: (1)
149 desenvolvimentos de uma base de conhecimento integrada sobre o manejo dos serviços de
150 polinizadores silvestres, que seja acessível aos agricultores, gerenciadores de terra e
151 elaboradores de políticas públicas – (2) extensão e promoção das práticas agrícolas favoráveis
152 aos polinizadores – (3) maior capacitação e conscientização sobre a importância dos
153 polinizadores entre os agricultores e gerenciadores de terra – (4) transversalização da
154 conservação e do uso sustentável dos polinizadores. A apresentação foi encerrada, mencionando-
155 se que os principais resultados do projeto encontram-se resumidos em um documento.
156

157 O **Sr. Luiz Fernando Merico** perguntou como se deu o processo de desenvolvimento do projeto,
158 se foram realizados estudos-pilotos, como foi a metodologia utilizada e quais resultados
159 alcançaram.
160

161 A **Sra. Ceres Belchior** respondeu que o projeto teve início em 2009, mas houve ações anteriores
162 a 2009 – nesse período reconheceram que pouco se sabia sobre o assunto, mesmo existindo
163 pesquisa acadêmica, e que o conhecimento disponível era insuficiente para responder muitas
164 perguntas, como por exemplo: quais polinizadores visitam agroecossistemas? Então, houve uma
165 parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que
166 lançou um edital por meio do qual foram selecionados projetos de várias unidades da Empresa
167 Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e também de universidades brasileiras; as
168 culturas para as quais houve aprovação dos projetos foram: algodão, canola, caju, castanha-do-
169 brasil, maçã, melão e tomate; as perguntas respondidas foram: quais polinizadores visitam essas
170 culturas, quais os horários de visitação, quais as especificidades das rela oes com as plantas,
171 quais as práticas recomendadas para que esses polinizadores continuem visitando essas culturas
172 – muitos artigos científicos foram publicados e os resultados estão sendo divulgados no
173 Congresso Brasileiro de Entomologia, que acontece nesta semana em Goiânia-GO.
174

175 O **Sr. Lidio Coradin** perguntou se alguém mais gostaria efetuar alguma pergunta.
176

177 O **Sr. Márcio Ant nio Teixeira Mazzaro** solicitou que a apresenta o feita pela Sra. Ceres
178 Belchior fosse disponibilizada, assim como os estudos no âmbito do projeto. Comentou que a
179 impressão que se passou   que o MAPA não colaborou nesse assunto, contribuindo para uma
180 política de descontrolo da utiliza o de elementos que estão impactando a poliniza o.
181

182 A **Sra. Ceres Belchior** comentou que o MAPA não deve ser considerado como o responsável
183 pelos efeitos negativos aos polinizadores, mas sim que o grande vilão é o desconhecimento.
184

185 O **Sr. Márcio Ant nio Teixeira Mazzaro** concordou, mas ressaltou que, segundo a apresenta o
186 da Sra. Ceres, as políticas defendidas pelo MAPA são responsáveis pela perda de polinizadores.
187 Enfatizou que, apesar disso, essas políticas sustentam o País e ajudam a combater a fome no
188 mundo, e que existe a vontade de que nossa agricultura fosse mais sustentável e agroecológica,

189 mas talvez estaríamos em atraso substancial em termos de tecnologia e de produção de
190 alimentos. Continuou dizendo que as tecnologias atuais são necessárias e impactantes e utilizá-
191 las sem causar tanto impacto é o grande desafio; muitas vezes se invoca o princípio da precaução
192 para combater ou demonizar alguma situação, mas antes deveríamos avaliar o princípio da
193 necessidade. Mencionou que a população mundial está crescendo assustadoramente e os
194 alimentos devem ser produzidos com qualidade e em velocidade suficiente para atender a
195 demanda, e que sem o uso das técnicas agrícolas modernas a demanda não é atendida e a fome
196 pode se agravar no mundo. Comentou que o País é ainda muito rural e sua economia depende
197 significativamente da agricultura, e que esse debate deveria subir de nível, pois é importante
198 debater o assunto e o que estiver errado deverá ser corrigido; o que não pode ser feito é
199 demonizar um setor importantíssimo para a estabilidade do País. Concluiu dizendo que era
200 importante ter a presença de técnicos do MAPA para uma discussão aprofundada sobre o
201 assunto, assim como uma participação efetiva de todos os setores interessados.

202
203 A **Sra. Ceres Belchior** confirmou que a apresentação será disponibilizada e os estudos
204 divulgados, e também reforçou que o objetivo não é demonizar setores, mas conciliar interesses e
205 propor a solução mais adequada a todos. Acrescentou que a palavra-chave é o uso
206 indiscriminado, o qual deve ser combatido, ou seja, não foi dito que não se deve usar.

207
208 O **Sr. Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** comentou que está havendo uma falha dos órgãos de
209 fiscalização e ela deve ser corrigida por todos os órgãos, seja MAPA, ANVISA ou IBAMA, pois a
210 perda é evidente. Reconheceu que se não está havendo boa vontade do MAPA em colaborar,
211 isso precisa ser levado a instâncias superiores para que haja comprometimento, pois não se trata
212 do setor X, Y, Z, mas de um País. Acrescentou que estamos falando sobre um recurso, a
213 biodiversidade de polinizadores, que é fundamental para a agricultura e se for perdido não há
214 tecnologia que ajude a produzir alimentos. Concluiu solicitando que o MMA torne a pautar este
215 assunto, pois ele já está sendo tratado em painel internacional, pois há uma preocupação mundial;
216 todas as áreas precisam ser envolvidas de forma responsável, especialmente as instâncias de alto
217 nível hierárquico.

218
219 O **Sr. Lidio Coradin** reforçou que as colocações foram feitas com o intuito de chamar atenção
220 para os problemas, sem a preocupação de responsabilizar Ministério A, B ou C. Concordou que a
221 agricultura é muito importante para o País e os polinizadores são elementos-chave. Mencionou
222 que o vento é fundamental para a polinização de muitas culturas, mas nós não produzimos
223 apenas cereais - que depende da polinização pelo vento. Destacou que grande parte da
224 agricultura depende da polinização feita pelos animais, especialmente as abelhas, mas há um
225 desconhecimento enorme, pois muitos agricultores não compreendem a importância dos
226 polinizadores para a produtividade de suas colheitas. Continuou dizendo que esse tema é
227 fundamental para toda a sociedade, e não somente para o MMA, razão para estarmos alertando
228 para sua importância. Exemplificou que atualmente em Santa Catarina a produção de maçã
229 depende do aluguel de colmeias, já que não há polinizadores suficientes na natureza. Assim, e
230 tendo em vista que esse problema decorre de práticas inadequadas, precisamos contribuir para
231 que sejam disseminadas as práticas agrícolas amigáveis aos polinizadores. Concluiu dizendo que
232 é importante que a CONABIO participe, se envolva e contribua para que esse assunto seja melhor
233 conhecido e discutido pelos tomadores de decisão.

234
235 O **Sr. Lúcio Paiva Flores** reconheceu que desconhece o assunto e perguntou sobre o sistema de
236 fiscalização e seu modelo, sobretudo quanto ao lançamento de agrotóxicos pela via aérea; quem
237 fiscaliza e quem regulamenta. Mencionou que na região dele, onde há divisa com terra indígena,
238 aparecem muitos aviões liberando agrotóxicos, o ar fica insuportável, não há mais peixes no rio
239 como antes e essa situação tem piorado, por isso, a comunidade se reuniu para discutir o que
240 fazer. Reforçou que desejam uma solução e que o povo indígena poderia contribuir nessa
241 discussão, mas reconheceu que não estão envolvidos e, até onde ele sabe, ninguém tem
242 participado dessa discussão. Falou sobre o desejo de que o alimento produzido para o Brasil e o
243 mundo tenha menor custo para nossas vidas. Lembrou que na reunião do dia anterior houve uma
244 apresentação sobre doenças causadas pelo uso de agrotóxicos e concluiu perguntando se tem
245 havido fiscalização, pois a impressão é que não está havendo controle.

246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256
257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302

O **Sr. Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** respondeu que a pulverização não está sendo permitida para vários agrotóxicos, mas aparentemente não está havendo controle. Mencionou que essas substâncias estão entrando no País, assim como entram a cocaína e as armas, então, está faltando uma política de policiamento no País para que essa situação não aconteça.

A **Sra. Ceres Belchior** respondeu que qualquer agrotóxico para ser comercializado ou importado no País precisa ser autorizado no processo de registro, o qual tem competências divididas entre o MS, que faz uma análise em relação à saúde das pessoas, o MMA, que faz uma análise em relação à saúde do meio ambiente, e o MAPA, que analisa a eficiência dos produtos para os agricultores e a questão da produtividade das culturas. Continuou dizendo que a qualquer momento, quando for identificado que determinada substância está produzindo efeitos negativos em algum desses três aspectos, qualquer um dos órgãos pode iniciar o processo de reavaliação da substância. Por outro lado, comentou que existe o desconhecimento por parte do engenheiro agrônomo, quando ele receita um produto sobre o qual não está ciente de todas as consequências se houver uso indevido, e por parte de quem aplica, quando essa pessoa não faz uso do equipamento de proteção individual, por exemplo. Concluiu dizendo que são vários atores contribuindo para a situação que vivemos e a mensagem principal do projeto é que nossa população precisa ser educada em todos os níveis, inclusive no nível superior.

O **Sr. Alberto Marques Santos** complementou que nem sempre a exigência de se ter receituário agrônomo é cumprida, pois em pequenos municípios, por exemplo, é comum ser liberada a compra sem apresentação do receituário. Exemplificou um caso no Sergipe, onde uma usina teve de indenizar um assentamento próximo por ter matado todas as suas colmeias devido à pulverização aérea de agrotóxicos.

A **Sra. Ceres Belchior** comentou que a pulverização aérea de agrotóxicos não acontece na Europa como acontece no Brasil, porque lá as propriedades rurais são muito menores e as áreas das plantações, no geral, não demandam a utilização de aviões, diferentemente do modelo brasileiro, em que há grandes propriedades e a logística da produção precisa contemplar esse fator. Concluiu refletindo que o País adota um modelo muito dependente do uso de agrotóxicos, mas poderia explorar mais o seu potencial para a produção agroecológica e orgânica, o que exige que a pulverização aérea seja repensada.

O **Sr. Lidio Coradin** complementou comentando sobre a deriva das aplicações aéreas dos agrotóxicos, que costuma ser um problema.

O **Sr. Francisco Iglesias** lembrou que na reunião do dia anterior houve uma longa discussão sobre os agrotóxicos, comentou que a situação brasileira é realmente assustadora e indagou a quem a sociedade deve recorrer para resolver isso.

O **Sr. Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** sugeriu incluir o Ministério da Justiça (MJ).

O **Sr. Francisco Iglesias** continuou dizendo que o nosso modelo é falido e a questão ambiental é marginal ao processo das discussões políticas. Refletiu que as abelhas estão morrendo e, nesse ritmo, a humanidade também morrerá, pois não haverá comida, não terá como produzir comida, enfim, entraremos em crise. Concordou que o MAPA é importante no processo de discussão desse assunto, assim como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Ministério da Fazenda (MF), que lidam com dinheiro e possuem mais força nas discussões políticas. Comentou que o trabalho sobre os polinizadores é maravilhoso e precisa deixar de ser restrito à área ambiental, e que os colegas representantes das demais áreas muitas vezes estão lutando para incluir a questão ambiental em seus órgãos mas nem sempre são escutados. Reiterou a solicitação de que a apresentação seja disponibilizada e reforçou que o trabalho precisa incorporar os demais atores envolvidos nessa questão.

O **Sr. Nelson Ananias Filho** comentou que temos um problema cultural, pois é comum chegar ao balcão de vendas e os vendedores insistem para que seja levado um produto mais forte do que o

303 recomendado, sem nenhuma orientação de uso, assim como também é facilitado o acesso a
304 princípios ativos que não poderiam ser disponibilizados. Reforçou que o protocolo de utilização
305 aprovado pela ANVISA, pelo IBAMA e MAPA e suas recomendações precisam ser obedecidos,
306 mas falta fiscalização para averiguar o que está sendo aplicado, falta uma aplicação mais
307 consciente, faltam incentivos e capacitação para esses trabalhadores, pois não adianta existir
308 protocolos definidos se existem pessoas, que muitas vezes não sabem ler, aplicando de forma
309 errada; pessoas que recebem o equipamento de proteção individual (EPI) e não usam, mesmo
310 sendo avisadas que podem morrer se não utilizá-lo, mas se for dito que ficarão impotentes, então,
311 o EPI é utilizado; pessoas que só fazem certo enquanto o superior está próximo. Continuou
312 comentando que a questão cultural é muito forte e comparou com as situações nas farmácias:
313 quantas pessoas vão às farmácias e compram remédios tarja vermelha sem prescrição médica?
314 Então, se remédios são utilizados dessa forma pode-se considerar que o controle do uso de
315 defensivos é ainda menos rigoroso. Concluiu reiterando que a lei precisa ser aplicada, que precisa
316 haver uso racional (mas não se deve esquecer das pessoas que obedecem as recomendações),
317 que o uso de herbicidas biológicos precisa ser incentivado e que as pessoas precisam ser
318 capacitadas e conscientizadas.
319

320 **Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade**

321

322 A **Sr^a Luana Duarte** apresentou a agenda de Economia dos Ecossistemas e da
323 Biodiversidade (EEB), coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, que faz parte da iniciativa
324 global do TEEB (do inglês *The Economics of Ecosystems and Biodiversity*), promovida pelo
325 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente desde 2007, com apoio da Comissão
326 Europeia e do Governo Alemão. Destacou os principais resultados previstos para a Iniciativa
327 Capital Natural do Brasil no componente de EEB para Políticas Nacionais, cujo objetivo é
328 identificar e ressaltar os benefícios oriundos da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos bem
329 como ressaltar o custo de suas perdas por meio dos temas de Compras Públicas Sustentáveis,
330 Economia da Restauração Ecológica e Mapa de Serviços Ecossistêmicos. O **Sr. Márcio Mazzaro**
331 perguntou por que o MAPA não faz parte da governança do componente de Políticas Nacionais, e
332 a **Sr^a Luana Duarte** esclareceu que em 2012 todos os ministérios foram convidados via Ofício-
333 Circular, mas apenas algumas instituições responderam ao convite. A **Sr^a Luana** destacou o tema
334 de Contas Econômicas Ambientais da Água, que está sendo desenvolvido pelo MMA em parceria
335 com a Agência Nacional de Águas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com base em
336 um manual do Departamento de Estatística da Organização das Nações Unidas para incorporar
337 dados e indicadores biofísicos do capital natural dentro da contabilidade nacional dos países.
338 Explicitou que o Brasil está trabalhando com a consolidação dos primeiros dados e indicadores
339 biofísicos para a água, para entender como os estoques e fluxos de água impactam diferentes
340 setores segmentos industriais. No tema de Economia da Restauração Ecológica, a **Sr^a Luana**
341 **Duarte** apresentou alguns resultados de estudos sobre modelagem do mercado de Cotas de
342 Reserva Ambiental, um instrumento previsto no Código Florestal. A **Sr^a Luana Duarte** apresentou
343 também o componente EEB Regional-Local, desenvolvido em parceria com a Agência de
344 Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), incluindo
345 ações voltadas para a consideração de serviços ecossistêmicos em processos de tomada de
346 decisão de atores públicos e privados. O **Sr. Roberto Lorena** questionou se o produto seria uma
347 proposta de decreto ou lei, e a **Sr^a Luana Duarte** respondeu que o projeto pretende desenvolver
348 projetos piloto com estados e municípios que posteriormente possam servir como referência para
349 recomendações políticas em nível nacional, incluindo proposta de legislação. A **Sr^a Luana Duarte**
350 mencionou ainda o componente do setor privado do projeto TEEB Regional-Local, que conta com
351 a parceria da Fundação Getúlio Vargas, no âmbito da iniciativa TESE - Tendências em Serviços
352 Ecossistêmicos, cujo objetivo é desenvolver estratégias e ferramentas destinadas à gestão
353 empresarial de impactos, dependências, riscos e oportunidades relacionadas ao setor de
354 negócios. Mencionou também que está em andamento, nessa parceria, um outro estudo
355 relacionado a finanças sustentáveis, que pretende calcular o índice de Valor Presente Líquido
356 (VPL) considerando variáveis ambientais. O **Sr Francisco Iglesias** perguntou qual é o índice de
357 uso do VPL pelas empresas e qual seria a sua aplicação. O **Sr. Carlos Scaramuzza** esclareceu
358 que essa é a metodologia mais utilizada pelos departamentos financeiros das empresas para
359 calcular a taxa de risco de um projeto. O **Sr. Carlos Scaramuzza** reforçou que esse estudo

360 pretende buscar formas de internalizar os custos ambientais no processo de tomada de decisão
361 das empresas e que se pretende posteriormente utilizar os resultados desse estudo para
362 alavancar a discussão de finanças sustentáveis e criar mecanismos práticos para considerar as
363 questões ambientais nas decisões de investimento.

364

365

366 **Elaboração do capítulo: Biodiversidade do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças**

367 **Climáticas**

368

369 Em continuidade à Reunião, passou-se à apresentação do Plano Nacional da Adaptação
370 às Mudanças Climáticas – PNA, ministrada pela servidora Mariana Egler da Secretaria de
371 Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental SMCQ, do Ministério do Meio Ambiente. A **SR^a**.
372 **MARIANA EGLER** destacou que a temática de mudanças climáticas é tratada em um Comitê
373 Interministerial. Esclareceu que o Comitê aprova e define as orientações gerais para o Plano
374 Nacional de Adaptação de Mudanças Climáticas, define instrumentos, bem como a participação
375 setorial. O Comitê criou um Grupo Executivo para operacionalizar suas orientações. Dentre as
376 atividades em andamento, que atualmente são de responsabilidade da Secretaria, está a
377 coordenação dos planos setoriais de mitigação a mudança climática, que são considerados
378 instrumentos da política nacional de mudança do clima: o PPCDAm – Plano de Combate ao
379 Desmatamento da Amazônia, o PPCerrado – Plano de Ação para Prevenção e Controle do
380 Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, o Plano de Redução de Emissões da Siderurgia e o
381 Plano de Reduções de Emissões do setor de agricultura. Falou sobre o Plano ABC, agricultura de
382 baixo carbono, responsável pelo monitoramento de dez planos setoriais de mitigação e destacou a
383 criação de um sistema de monitoramento de redução de emissões, que possibilitará acompanhar
384 a eficácia das medidas relativas à redução de emissão. Relatou que no início do ano de 2013, o
385 Grupo Executivo, vinculado ao Comitê Interministerial, recebeu uma demanda da Sociedade Civil,
386 encaminhada por meio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas que resultou na criação de
387 um Grupo de Trabalho (GT) sobre adaptação à mudança do clima. O GT vem realizando reuniões
388 temáticas para definir como organizar as medidas do Governo Federal para adaptação. Nas
389 reuniões foi definida a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Adaptação e que o
390 mesmo deveria obedecer a recortes temáticos. Com o amadurecimento conceitual do trabalho
391 percebeu-se que o recorte temático obedece a um recorte de recursos naturais de impacto
392 transversal que afeta o recorte setorial. O recorte transversal se relaciona aos recursos naturais
393 que engloba Zona Costeira, recursos hídricos e biodiversidade, que impacta os setoriais:
394 segurança alimentar, agricultura e infraestrutura. Destacou que foi realizada parceria com a
395 Secretaria de Biodiversidade e Florestas para criar uma rede responsável por elaborar o capítulo
396 relativo à biodiversidade e adaptação de mudanças climáticas no PNA. Ressaltou que serão
397 contratadas consultorias para o apoio na construção dos temas: relação entre biodiversidade e
398 adaptação de mudanças climáticas, diagnósticos de impacto e vulnerabilidade e propostas de
399 medidas de adaptação. Disse que o objetivo é contemplar questões sobre: diagnóstico de
400 impactos, capacidade de adaptação e vulnerabilidade da biodiversidade as mudanças climáticas
401 no Brasil, recomendação de estratégia e diretrizes para redução da vulnerabilidade às mudanças
402 climáticas, consolidação das informações sobre serviços ecossistêmicos e metodologia de
403 valorização, bem como o diagnóstico da possibilidade do uso de medidas de adaptação baseada
404 em ecossistemas, como proposta para redução da vulnerabilidade de outros setores. Destacou a
405 importância da aproximação desse projeto com a CONABIO como espaço de recolhimento de
406 insumos, orientação, chancela ou revalidação desses assuntos. Falou que a previsão é de que até
407 o final do ano os capítulos introdutórios do PNA estarão prontos. Os capítulos abordarão o arranjo
408 institucional, objetivo do plano, visões estratégicas, propostas de medidas de ação e horizonte
409 temporal de ação. Enfatizou que a previsão é de que até janeiro de 2015 sejam trazidos até a

410 CONABIO os primeiros resultados do trabalho da consultoria sobre o capítulo de biodiversidade.
411 Ressaltou que o objetivo é que o PNA seja um processo participativo e que tenha entre as suas
412 propostas uma estratégia de consulta e recolhimento de insumos que seja permanente. O **SR.**
413 **FRANCISCO IGLESIAS** questionou como o Quinto Relatório Nacional para Convenção Sobre
414 Diversidade Biológica se relaciona com a questão de mudanças climáticas. Relatou que não foram
415 abordados os aumentos dos eventos climáticos piores e exemplificou que a Caatinga está vivendo
416 uma das piores secas em 60 anos. Destacou a ausência de ligação com a Comissão de
417 Desertificação e falou sobre a importância do clima na disponibilidade de água para geração de
418 energia hidroelétrica. Ressaltou a importância de celeridade no processo para que a política seja
419 colocada em prática dado o número de eventos climáticos graves divulgados pela defesa civil no
420 Brasil. O **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA** respondeu ao questionamento
421 informando que no quinto relatório há menção ao Plano Nacional de Adaptação no capítulo de
422 biodiversidade. A **SR^a. MARIANA EGLER** reforçou a importância do canal de comunicação e
423 destacou a pertinência dos comentários feitos pelo **SR. FRANCISCO IGLESIAS** quanto à
424 aproximação com a Convenção de Desertificação, segurança energética e a relação com o clima.
425 Solicitou que essas contribuições sejam encaminhadas formalmente. O **SR. FRANCISCO**
426 **IGLESIAS** disse que sentiu pouca participação da sociedade civil na Rede Bioclima. A **SR^a.**
427 **MARIANA EGLER** enfatizou que no site do Ministério do Meio Ambiente, na pasta de clima e
428 adaptação tem os detalhes da construção do Plano e o histórico das redes para que o trabalho
429 seja o mais transparente possível e solicitou que todos contribuam com essa divulgação e
430 disseminação. Esclareceu que a Rede Bioclima foi criada com a colaboração de duas secretarias:
431 SBF (Secretaria de Biodiversidade e Florestas) e SMCQ (Secretaria de Mudanças Climáticas e
432 Qualidade Ambiental). Disse que foi realizada a seleção de pessoas da academia, instituições de
433 pesquisa, Governo e Sociedade Civil. Disse que caso o **SR. FRANCISCO IGLESIAS** queira se
434 indicar formalmente para participar colocará como encaminhamento da CONABIO e destacou que
435 o convite está aberto para quem quiser participar. O **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS**
436 **SCARAMUZZA** enfatizou o conceito de adaptação baseada em ecossistemas, ressaltando que
437 em determinadas situações é menos custoso se adaptar há uma mudança climática prevista
438 investindo no que se pode chamar de infraestrutura verde ou na conservação de um ecossistema.
439 Relatou a importância de instruir a população brasileira sobre a compreensão desse conceito e
440 sobre como isso se aplica a realidade do país.

441 Após o intervalo do almoço o **SR. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO**, ao
442 cumprimentar os presentes, solicitou que houvesse uma apresentação dos mesmos, que são:
443 **SR^a. AGNES DE LEMOS VELOSO** e **SR^a. ANDREINA VALVA** (consultoras do Departamento de
444 Conservação da Biodiversidade); **RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES** (Ministério do Planejamento,
445 Orçamento e Gestão – MPOG); **SR^a. DANIELLE BLANC** (Ministério da Pesca e Agricultura –
446 MPA); **SR^a. MARIA CRISTINA BRAGA** (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI);
447 **SR. ROBERTO LORENA** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA); **SR.**
448 **FRANCISCO IGLESIAS** (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e
449 desenvolvimento - FBOMS); **SR. SAULO ARANTES CEOLIN** (Ministério das Relações Exteriores
450 – MRE); **SR^a. CLARISSA** (Itamaraty); **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA** e
451 **SR. LÍDIO CORADIN** (Ministério do Meio Ambiente); **SR. JOSÉ ALBERTO DE LIMA RIBEIRO**
452 (Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE); **SR. JOSÉ QUADRELI** (Confederação
453 Nacional da Indústria); **SR. ALBERTO MARQUES SANTOS** (Confederação Nacional dos
454 Trabalhadores da Agricultura – CONTAG); **SR. LÚCIO PAIVA FLORES** (Coordenação das
455 Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB); **SR. MARCO PAVARINO** (Ministério do
456 Desenvolvimento Agrário); **SR. LUIZ FERNANDO MERICO** (IUCN), **SR^a. JULIANA MATTOS**
457 (Secretária da CONABIO); **SR^a. IONÁÍ OSSAMI DE MOURA** (Ministério do Meio Ambiente); **SR^a.**
458 **LAUREN** (Políticas Públicas); **SR. SÉRGIO REZENDE** (Universidade Federal de Pernambuco);
459 **SR^a. KRISHNA BONAVIDES** (Departamento de Conservação da Biodiversidade); e **SR. MÁRCIO**

460 **ANTÔNIO TEIXEIRA MAZZARO** (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA).

461

462 **Painel Brasileiro de Biodiversidade**

463

464 O **SR. LUIZ FERNANDO MERICO** deu início a apresentação agradecendo a oportunidade e
465 ressaltou que o processo de alcance das metas de Aichi é fruto da articulação de várias
466 organizações para que se tenha a movimentação da sociedade em torno desse tema. Esclareceu
467 que a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) foi escolhida para
468 desempenhar o papel da Secretaria Executiva do Painel Bio. Destacou que a IUCN é estrutura em
469 três grandes componentes: os membros, o secretariado e as comissões e conta com cerca de
470 doze mil voluntários que trabalham em seis grandes comissões. Disse que a IUCN é a maior e
471 mais antiga estrutura de organismo ambiental e considerou que a sua missão é a facilitação, o
472 fortalecimento dos membros e o encorajamento dos países na promoção da transição para a
473 sustentabilidade. Ressaltou que o programa, que tem prazo até 2016, está dividido em três
474 tópicos associados às metas: conservação da natureza, governança, desenvolvimento de
475 soluções baseadas na natureza. Falou sobre o processo de criação das metas nacionais de
476 Biodiversidade que contou com a ampla participação de cinco setores da sociedade. Relatou que
477 após esse momento, iniciou-se uma discussão sobre como desenvolver mecanismos para se
478 atingir o alcance das metas. Nesse contexto surgiu a proposta de criação de um Instituto Virtual
479 de Biodiversidade (IVB) que posteriormente evoluiu para um conceito de plataforma. Destacou o
480 apoio financeiro do Probio II (Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para
481 Biodiversidade). Ressaltou que dada a grandiosidade da tarefa, houve a necessidade de se
482 envolver o setor privado, a comunidade científica e a sociedade civil de modo geral, bem como os
483 vários níveis dos Governos. Relatou que a tarefa inicial é a definição de indicadores para
484 acompanhamento da evolução das metas. Disse que em maio de 2014, houve uma reunião de
485 implantação de uma plataforma em um formato que pode ser considerado uma rede colaborativa
486 e voluntária de organizações com o objetivo de facilitar o alcance das Metas de Biodiversidade.
487 Disse que oficialmente a missão é: contribuir para conservação e uso sustentável da
488 biodiversidade brasileira promovendo sinergias entre instituições de áreas do conhecimento,
489 disponibilizando informação científica para a sociedade sempre que puder, fomentando
490 capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão em políticas públicas. Relatou
491 que o objetivo é criar possibilidades, subsidiando e possibilitando que as políticas públicas
492 possam atuar para o alcance das metas nacionais. Declarou que o modelo operacional é baseado
493 em uma instituição âncora que é a IUCN escolhida por sua estrutura e formato de rede. Ressaltou
494 que o sistema de governança, além da Secretaria Executiva, possui o Conselho Diretivo e que a
495 construção de propostas se dá através dos núcleos temáticos associados aos cinco objetivos
496 estratégicos das metas. Relatou que serão realizados cinco eventos para discutir cada um dos
497 cinco objetivos estratégicos das metas nacionais. Ressaltou a importância do Painel no processo
498 contínuo de animação, movimentação, articulação e mobilização de atores para o alcance das
499 metas. Disse que a plataforma se distingue pelo seu caráter voluntário e independente e pelo
500 esforço em reunir todos os setores da sociedade. Informou sobre o cronograma de trabalho e
501 disse que há uma previsão de estabelecimento de um plano de ação no início do ano que vem. O
502 **SR. FRANCISCO IGLESIAS** destacou que o valor de alocação de recursos na área de
503 biodiversidade deve ser significativo para que as metas de Aichi possam ser alcançadas e
504 levantou a preocupação se o Governo aplicará os recursos necessários para que as metas sejam
505 atingidas. O **SR. SAULO ARANTES CEOLIN** disse concordar com o **SR. LUIZ FERNANDO**
506 **MERICO** no sentido de que as metas são um dos melhores acordos internacionais na área de
507 meio ambiente e questionou se os indicadores serão voltados para as metas de Aichi e não para
508 os futuros ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). O **SR. LUIZ FERNANDO MERICO**
509 esclareceu que o alcance das metas está sendo trabalhado, mas que o processo de

510 transformação dessas metas em objetivos de desenvolvimento sustentável ainda será discutido.
511 Esclareceu, entretanto, que o Painel se propõe mais a criar uma estrutura que possa se dedicar a
512 mobilização e discussão que ao alcance das metas em si. Destacou a importância de se
513 desenvolver estratégias de coordenação para articulação e envolvimento dos diferentes setores
514 nas discussões. Reiterou que o objetivo principal é mobilizar a sociedade em torno desses temas.
515 O **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA** disse que consoante com a missão de
516 ajudar no processo de disseminação, envolvimento e engajamento da sociedade brasileira em
517 torno das metas de Aichi é a definição dos indicadores disponíveis para acompanhar o processo
518 de implementação de cada uma das metas. Esclareceu que o desafio proposto no âmbito do
519 Painel Bio é no sentido de contribuir com o esforço de apontar os indicadores possíveis e
520 exequíveis. Destacou que o Painel Bio se dispôs a ajudar no processo de envolvimento dos
521 setores considerando também o que os outros países, organizações e a própria Convenção estão
522 discutindo como possíveis indicadores, verificando sua plausibilidade e adequabilidade. Em
523 resposta aos questionamentos do **SR. ROBERTO LORENA**, o **SR. MÁRCIO ANTÔNIO TEIXEIRA**
524 **MAZZARO** esclareceu que os indicadores não são globais e cada país vai adotar seu próprio
525 indicador em função da disponibilidade de seus dados. Disse que a participação das organizações
526 permite o aprendizado e compartilhamento de experiências e que o processo de definição inicial
527 desses indicadores é no âmbito da CONABIO. Reiterou o convite aos integrantes da CONABIO
528 para participarem dos Workshops de definição das metas onde será realizada a avaliação da
529 viabilidade dos indicadores para o cenário brasileiro para posterior análise da Comissão. O **SR.**
530 **SAULO ARANTES CEOLIN** complementou que sobre o tema dos indicadores, há uma discussão
531 global no âmbito da CDB (Convenção da Diversidade Biológica), apesar de não ser prescritiva.
532 Disse que os indicadores para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) terão início a
533 partir da Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) quando os indicadores
534 devem ser formalmente adotados pela Assembléia Geral. Relatou a existência de uma Comissão
535 Interministerial capitaneada pelo Itamaraty e disse que internamente terá início uma discussão dos
536 indicadores para o ODS. Ressaltou que existem quase 180 objetivos dentro dos ODS e que
537 muitos representam medidas coincidentes com as metas de Aichi. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS**
538 destacou que o IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável), publicado pelo IBGE desde 2002,
539 trabalha com a dimensão econômica, social e ambiental. Falou que esse Índice possui seis temas
540 e 20 indicadores para cada um dos temas. Os três temas relacionados à biodiversidade são:
541 espécies em risco de extinção, áreas protegidas e espécies invasoras. Sugeriu que a CONABIO e
542 o Painel Bio solicitem ao IBGE uma comparação dos dados publicados de 2002 até 2012 para que
543 a Comissão possa ter uma idéia da situação da aplicação dos indicadores. Disse que através
544 dessas comparações a Comissão teria condições de avaliar a situação das políticas públicas na
545 área de biodiversidade e de outras áreas como a de saneamento. Exemplificou que no IDS há
546 uma planilha comparativa da evolução de aplicação de agrotóxico no Brasil que demonstra que
547 houve um aumento que pode significar que a política pública na área de controle de agrotóxico
548 não está funcionando. A **SR^a. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES** destacou ser um avanço que os
549 objetivos de desenvolvimento do milênio incluam as metas de biodiversidade. Esclareceu que o
550 órgão que faz a alocação de recursos é a Secretaria de Orçamento Federal, que é ligado ao
551 Ministério do Planejamento. Ressaltou que 80% dos gastos do governo são com políticas sociais
552 e que o recurso que resta é disputado por todas as agendas. Considerou que deve haver uma
553 preocupação com a eficácia da gestão e com o estabelecimento de novas estratégias de
554 financiamento como, por exemplo, as questões relacionadas à parceria público-privada em
555 unidade de conservação, compensação ambiental e pagamento por serviços ambientais.

556 557 **Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação**

558
559 **A SR^a. IONAÍ OSSAMI DE MOURA** iniciou a apresentação relatando que o Ministério do

560 Meio Ambiente, como ponto focal da CDB no Brasil, tem por missão atualizar a Estratégia
561 Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação. Destacou que dentro da estratégia uma das
562 atividades é desenvolver os indicadores para avaliar o alcance das metas nacionais. Relatou que
563 o processo de proposição de indicadores será uma parceria com Painel Bio através do
564 desenvolvimento de um ciclo de oficinas participativas onde serão discutidos os conceitos das
565 metas e indicadores para avaliação do grau de alcance dessas metas. Espera-se que ao final
566 desse processo se tenha a definição de uma estratégia de monitoramento do alcance das metas.
567 As oficinas envolverão diversos setores e instituições relacionadas ao tema de cada objetivo
568 estratégico e contarão com o apoio do BIP - Parceria para Indicadores de Biodiversidade.
569 Destacou a contratação de consultoria que elaborará um documento de revisão para cada objetivo
570 estratégico. O primeiro objetivo é o D, e a consultoria será responsável por elaborar um
571 *Whitepaper*, que subsidiará a oficina. Será composto por três capítulos que envolverão revisão de
572 conceitos, revisão dos trabalhos existentes na área e proposta de indicadores. Ressaltou que na
573 próxima semana, dias 22 e 23 será realizada a primeira oficina que será um evento de
574 capacitação e mobilização para a proposição de indicadores. A segunda oficina será realizada
575 nos dias 06 e 07 de novembro e será direcionada para o objetivo estratégico D, e nos dias 09 e 10
576 de dezembro está agendada a terceira oficina que será relacionada ao objetivo estratégico C. O
577 **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA** reiterou o convite para que as
578 organizações e instituições que fazem parte do CONABIO participem dos seminários e destacou a
579 importância da participação dos membros da Comissão. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS** solicitou
580 a disponibilização do material das apresentações no site da CONABIO por conta do possível
581 interesse das entidades em questões debatidas na Comissão, particularmente a questão dos
582 indicadores. Solicitou que o convite aos membros da CONABIO para a participação nas oficinas
583 seja formalmente realizado e destacou que o processo de elaboração dos indicadores deveria ter
584 sido iniciado em julho como acordado na última reunião. Reforçou a sugestão de se aproveitar os
585 indicadores existentes no IDS (Índice de Desenvolvimento Sustentável) do IBGE e sugeriu que
586 seja estabelecida uma previsão de término do processo de definição de indicadores. Foi relatado
587 que as apresentações serão colocadas no site e os convites formais serão enviados. Foi
588 esclarecido que no cronograma original o processo se encerra no primeiro quadrimestre de 2015 e
589 que o IBGE participará de todos os seminários. A **SRª. RAQUEL DE OLIVEIRA ALVES** sugeriu a
590 utilização do Painel Nacional de Indicadores Ambientais que foi lançado pela Secretaria-Executiva
591 do MMA. O **SR. CARLOS ALBERTO DE MATTOS SCARAMUZZA**, diante da insuficiência de
592 quórum no momento sugeriu que o processo de avaliação das metas seja continuado na próxima
593 reunião já com a nova estrutura. Aproveitou para solicitar aos membros para atualizarem as
594 suplências da Comissão, haja vista a dificuldade em se atingir quórum suficiente para as reuniões.
595 A **SRª. DANIELLE BLANC** sugeriu que o secretariado da CONABIO faça uma revisão na lista das
596 instituições que freqüentemente não participam das reuniões para comunicar à autoridade máxima
597 dessas instituições que elas não estão sendo representadas e solicitar, caso seja necessário, a
598 substituição desses membros. O **SR. FRANCISCO IGLESIAS** sugeriu que a aprovação do
599 calendário seja realizada no início da reunião do dia 29.

600 O **SR. CARLOS SCARAMUZZA** agradeceu a presença de todos e declarou o
601 encerramento da 57ª Reunião da CONABIO.

602
603 **Brasília, de setembro de 2014**

604